

RÚBIA LIZ VOGT DE OLIVEIRA

PRAGMÁTICA E RAZÃO:
ESTUDO DE UMA RACIONALIDADE PARA A PRAGMÁTICA DE PAUL GRICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS - HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/ALEMÃO

RÚBIA LIZ VOGT DE OLIVEIRA

PRAGMÁTICA E RAZÃO:
ESTUDO DE UMA RACIONALIDADE PARA A PRAGMÁTICA DE PAUL GRICE

PORTO ALEGRE

2012

RÚBIA LIZ VOGT DE OLIVEIRA

PRAGMÁTICA E RAZÃO:

Estudo de uma racionalidade para a pragmática de Paul Grice

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título Licenciada em Letras,
pelo Curso de Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Marcos Goldnadel

Porto Alegre

2012

*“A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso pensamento por meio
da linguagem”*

(Ludwig Wittgenstein)

RESUMO

Embora compartilhem o nascimento na história das ideias, a partir do século XIX Filosofia e Linguística se separam, passando a trilhar cada uma um caminho autônomo como disciplina. Nesta cisão, o problema da razão ficou a cargo da Filosofia. Ambas as disciplinas partilham, no entanto, da virada linguística e da virada pragmática irrompidas no século XX. Uma possível conciliação entre Filosofia e Linguística pode ser dar via estudo da razão subjacente aos fenômenos linguístico-pragmáticos. Paul Grice desponta como filósofo e linguista da pragmática do Princípio da Cooperação e das máximas conversacionais. Este autor pergunta por que os falantes tendem a observar o Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais. Tanto o Princípio quanto as máximas não são imperativos, mas regras heurísticas. Grice acena com uma base racional subjacente ao comportamento linguístico. Devido à natureza dos fenômenos linguístico-pragmáticos, essa razão em questão não é do tipo tradicional: paradigma da certeza, método dedutivo, ciências matemáticas; a razão que atende ao perfil pragmático é a racionalidade branda que seguindo uma lógica do presumível e do razoável não recai sobre a irracionalidade. A abordagem da racionalidade branda na pragmática requer não só a amplamente estudada sociopragmática (a pragmática da comunicação), mas também a psicopragmática (a pragmática dos processos mentais).

Palavras-chave: Paul Grice. Pragmática. Razão. Racionalidade branda.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	05
2 A PRAGMÁTICA DE PAUL GRICE EM “LÓGICA E CONVERSAÇÃO”	08
2.1 “Lógica e Conversação”: apresentando o artigo	08
2.2 O início do artigo	08
2.3 A implicatura	10
2.4 O Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais	12
3 UM ESTUDO SOBRE A RAZÃO	16
3.1 Um estudo filosófico sobre a razão	16
3.2 A visão tradicional da razão	17
3.3 Racionalidade dura e irracionalidade: dicotomização	19
3.4 Racionalidade dura e irracionalidade: des-dicotomização	20
3.5 A racionalidade branda	21
4 UMA RAZÃO PRAGMÁTICA EM PAUL GRICE	23
4.1 Filosofia e Linguística: duas disciplinas!	23
4.2 A virada pragmática	24
4.3 Paul Grice: sociopragmática e psicopragmática	25
4.3.1 Psicopragmática	26
4.4 Paul Grice e a razão	27
4.5 Pragmática e racionalidade branda	28
5 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Não é sem motivo que o Trabalho de Conclusão de Curso representa um grande desafio para o graduando; não apenas pela dedicação que exige, mas também pelo que significa: aquele trabalho que deixamos como um escrito que resume nossa passagem pelo curso e pela instituição. Se o Trabalho de Conclusão diz um pouco de quem fomos na graduação, gostaria de começar me apresentando.

Considero que tive uma formação na Letras atípica, pois pouco me envolvi academicamente com o curso. Fui realmente uma aluna de graduação, cumprindo as disciplinas e atividades complementares. Dediquei meu envolvimento mais acadêmico para o outro curso que fiz, a licenciatura em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Na Filosofia Unisinos, envolvi-me com Iniciação Científica, pesquisa e Pós-Graduação¹.

No entanto, apesar da dedicação à pesquisa na Unisinos, não deixei de ser uma estudante do curso de Letras da UFRGS. Na Letras, algumas disciplinas me provocaram a contribuir com a minha formação em Filosofia. Contudo, entendo que não atendi a esse chamado satisfatoriamente. Trabalhar Letras e Filosofia não é tarefa fácil, e talvez eu ainda não estivesse preparada.

Chegando o fim do curso, não posso mais me esquivar de tentar, de alguma forma, conciliar minhas duas formações. Mais do que não poder fugir a essa ocupação, agora desejo contribuir com o pouco que posso para com a aproximação da Letras e da Filosofia.

O caminho que escolhi requer, em boa medida, minha pesquisa em Filosofia, a qual se dá em torno do tema da razão; mas permite, também, que eu aborde aquilo que mais me encantou no curso de Letras, mais

¹ Sou Licenciada e Bacharel(2010) e Mestre (2011) em Filosofia pela Unisinos e curso doutorado (2012-) também em Filosofia pela mesma instituição. Sempre estive sob a orientação da professora Anna Carolina Krebs Pereira Regner.

especificamente na área de Linguística, que foi a pragmática – em especial, a de Paul Grice.

Na Iniciação Científica e no Mestrado, investiguei as manifestações da razão nas interações polêmicas da ciência. Como as polêmicas são discursos, a pragmática foi o instrumental de análise da minha pesquisa. Já na Letras, sempre que pude busquei estudar a Pragmática, e isso se deu, em todas as oportunidades, junto ao professor Marcos Goldnadel, nas disciplinas de “Estudos Linguísticos II” e “Tópicos de Pragmática”.

Dedicando-me à pragmática, aos poucos fui percebendo que muita luz se destinou à pragmática da conversação, aquela que mais se liga a comunicação. Contudo, o foco na comunicação deixou descoberta uma outra atividade pragmática, esta mais ligada ao pensamento do que à interação.

Neste trabalho, dou atenção a esta questão que me incomodou – essa “outra” pragmática, pouco abordada, a qual reside, fortemente, sob um certo tipo de razão – assim espero ter mostrado e justificado no trabalho.

Respeitando a formatação exigida, dividi o trabalho em três capítulos. Cada capítulo tem a extensão ideal para uma comunicação². Com isso, deixo aberta a possibilidade de apresentar esta produção em eventos acadêmicos, frutificando e seguindo no estudo ao qual me dediquei.

No segundo capítulo, introduzo a teoria pragmática de Paul Grice com base no artigo “Lógica e Conversação”. Concentro-me em aspectos gerais da teoria e possivelmente por conta da minha pecha filosófica, não entro nas minúcias pragmáticas da implicatura conversacional ou da pressuposição. Faço, ao modo filosófico, um estudo mais básico, voltado aos fundamentos da pragmática e de seus fenômenos.

No terceiro capítulo, realizo um estudo da razão, apresentando a visão tradicional da razão (a racionalidade dura), seu oposto polarizado (a irracionalidade), a dicotomização entre essas duas posturas e a via alternativa a esse par polarizado, a racionalidade branda. Neste capítulo, meu

² Nos eventos em que tenho participado, o tempo para comunicação tem girado em torno dos vinte minutos, tempo este bem preenchido pela leitura de cerca de oito páginas, com margem para comentários.

referencial teórico é Marcelo Dascal, filósofo contemporâneo e professor emérito da Universidade de Tel-Aviv, Israel. Dascal já é uma constante em meus estudos e, devido ao grande alcance da teoria desse autor, não o considero esgotado; renovadamente na leitura de M. Dascal encontro subsídios para avançar em minhas pesquisas sobre pragmática, razão e interações polêmicas na ciência.

No quarto capítulo, sigo com Dascal e, após algumas considerações acerca da Filosofia e da Linguística enquanto disciplinas autônomas, intento mostrar que Grice indica um tipo de racionalidade que há na pragmática. Para perceber essa racionalidade pragmática, é preciso deixar um pouco de lado aquela pragmática da comunicação (sociopragmática) e voltar-se para a pragmática que se faz presente nos processos linguístico-mentais (psicopragmática). Por fim, aponto que a racionalidade branda é a racionalidade que guia a busca de significado e o comportamento linguístico pragmático. Na conclusão, aponto um caminho para a conciliação entre Linguística e Filosofia, via pragmática e razão.

2 A PRAGMÁTICA DE PAUL GRICE EM “LÓGICA E CONVERSAÇÃO”

2.1 “Lógica e Conversação”: apresentando o artigo

Atenta à perspectiva de um Trabalho de Conclusão de Curso, restringirei a referência pragmática de Paul Grice ao artigo “Lógica e Conversação”, o qual apresenta a teoria pragmática de P. Grice. Esse artigo está publicado no livro “Studies in the Way of Words”, o qual contém textos de Paul Grice divididos em três seções. “Lógica e Conversação” é o carro-chefe da primeira seção, a qual é dedicada à pragmática. Os outros artigos dessa primeira parte do livro são notas sobre o artigo principal e artigos sobre pontos específicos da teoria pragmática. Essa primeira seção reúne textos escritos ao longo de vinte anos, entre 1967 e 1987. Há uma boa tradução desse artigo – aliás, um dos poucos textos de Grice em português – no volume dedicado à pragmática da “Coleção Fundamentos Metodológicos da Linguística”, elaborado na Universidade de Campinas na década de 1980³.

2.2 O início do artigo

Paul Grice introduz suas considerações acerca da conversação atentando para um problema da filosofia da linguagem:

³ GRICE, H. Paul. *Lógica e Conversação*. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da lingüística – biografia**. Tradução de João Vanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1982. IV v. (Coleção Fundamentos Metodológicos da Lingüística).

É um lugar comum entre lógicos a afirmação de que há, ou parece haver, divergências na significação entre pelo menos alguns dos que eu chamaria símbolos formais [...] e seus supostos análogos ou contrapartes em línguas naturais [...] (GRICE, 1982, p. 81).

São duas as posições acerca da questão dos símbolos lógicos e suas contrapartes em línguas naturais, as quais P. Grice denomina de posição formalista e posição informalista. Os formalistas atentam para as vantagens dos símbolos lógicos, que compõem um sistema geral de formas que dá conta, ao mesmo tempo, de um grande número de inferências não óbvias e da imperfeição das línguas naturais. Grice (1982, p. 82) resume a intenção teórica dos formalistas do seguinte modo:

o caminho adequado é conceber e começar a construir uma linguagem ideal, incorporando os símbolos formais; língua cujas sentenças serão claras, com valor de verdade determinado, e confiadamente livres de implicações metafísicas; os fundamentos da ciência serão então filosoficamente seguros, uma vez que as afirmações dos cientistas serão expressas (embora não necessariamente o sejam hoje) nesta linguagem ideal (p. 82).

Como se vê, a posição formalista tem o destacado objetivo logicista da linguagem perfeita para a ciência que escape aos “problemas” das línguas naturais, tais como a ambiguidade e a sinonímia.

Os informalistas fazem frente à posição formalista com três alegações: (i) as línguas não servem apenas aos propósitos da ciência; (ii) uma palavra não carece de análise e de um equivalente lógico para ser inteligível⁴; e (iii) embora os símbolos formais sejam de grande valia para a sistemática lógica, há muitos argumentos e inferências válidos que estão expressos em linguagem natural. Assim, deve haver ao menos espaço para uma lógica

⁴ Como expressa Grice (1982), podemos saber perfeitamente (como de fato sabemos!) o significado de uma expressão sem sua análise. Além do mais, uma análise termina sendo uma descrição muito geral das condições de aplicação com significado da expressão em questão.

simplificada e possivelmente assistemática, até porque as “[...] regras que valem para um símbolo formal podem não valer para sua contraparte em línguas naturais” (GRICE, 1982, p. 83).

Diante do impasse, Grice não quer tomar posição por nenhum dos lados, nem entrar na histórica tentativa de reconstrução formal das línguas naturais. Analisando formalistas e informalistas, P. Grice retira de ambos um pressuposto em comum: há divergências entre o significado de (alguns) símbolos lógicos e suas contrapartes naturais. E esse pressuposto compartilhado é, para Grice (1982, p. 83), um erro, decorrente “[...] de não se prestar a devida atenção à natureza e importância das condições que governam a conversação”. E a primeira característica da conversação que Paul Grice nos apresenta é a implicatura.

2.3 A implicatura

Grice nos apresenta a implicatura por meio de um exemplo. Essa é uma tática que muito se dá ao tipo de teoria explanatória que é a pragmática. Assim, é preciso teorizar com base nos fenômenos da pragmática, que é a conversação espontânea em língua natural. Segue o exemplo:

Suponha que A e B estejam conversando sobre um amigo C que está, atualmente, trabalhando num banco. A pergunta a B como C está se dando em seu emprego, e B retruca: Oh, muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso. Neste ponto, A deve procurar o que B estava implicando, o que ele estava sugerindo, ou até mesmo o que ele quis dizer ao dizer que C ainda não tinha sido preso. A resposta poderia ser algo do tipo "C é o tipo de pessoa que tende a sucumbir às tentações provocadas por sua ocupação", ou "os colegas de C são, na verdade, pessoas muito desagradáveis e desleais" e assim por diante. Naturalmente, será desnecessário A fazer qualquer pergunta a B pois a resposta, no contexto, é antecipadamente clara. Penso que é claro que tudo o que B implicou, sugeriu, significou, etc., neste exemplo é distinto do que B disse, que foi simplesmente que C não tinha sido preso ainda. (GRICE, 1982, p. 84).

O que os casos que exemplificam a lógica pragmática normalmente nos trazem é um desacordo entre o enunciado e seu significado. Assim, vemos que há um desacordo entre o significado semântico e o possível significado pragmático da sentença. Como explica Dascal (2006), a semântica trata um desacordo de significado como tendo um fundo lógico. Assim, estamos tratando de condições de verdade, e o escopo da dificuldade de interpretação da sentença se resume às clássicas possibilidades de uma semântica restrita: ambiguidade e sinonímia, por exemplo. Essa visão é demasiado abstrata para dar conta do tipo de inferência que está em jogo, a qual carece de tratamento pragmático.

Levinson (2007, p. 121) nos dá a dimensão da importância da implicatura:

Primeiro, a implicatura coloca-se como exemplo paradigmático da natureza e da força das explicações pragmáticas dos fenômenos linguísticos. Pode-se demonstrar que as fontes desta espécie de inferência pragmática se encontram fora da organização da língua, em alguns princípios gerais da interação cooperativa e, não obstante, esses princípios têm um efeito visível em vários pontos da estrutura da língua. O conceito de implicatura, portanto, parece oferecer algumas explicações funcionais significativas dos fatos linguísticos.

Uma segunda contribuição importante feita pela noção de implicatura é o fato de que ela dá uma explicação até certo ponto explícita de como é possível querer dizer (num sentido geral) mais do que é efetivamente “dito” (isto é, mais do que se expressa literalmente pelo sentido convencional das expressões linguísticas enunciadas).

Grice elenca traços em comum das implicaturas conversacionais: são canceláveis; são não-separáveis do sentido convencional das palavras, da frase; os implícitos conversacionais não são parte do significado das expressões cujo uso os produz; a verdade está no dizer o que é dito; e a explanação de hipóteses resulta, muitas vezes, na indeterminação do implícito.

2.4 O Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais

O texto de P. Grice apresenta traços gerais da conversação. Em uma conversação, há um objetivo comum (ainda que secundário): que cada parceiro se identifique, temporariamente, com os interesses conversacionais transitórios do outro. Além disso, as contribuições dos participantes deveriam ser encadeadas e mutuamente dependentes. Há também, algum tipo de entendimento (que pode ser explícito, mas que é frequentemente tácito) de que, permanecendo as demais condições, a transação continuará em estilo apropriado a menos que ambas as partes concordem com seu término.

Para a linguística, a interpretação pragmática é um processo inferencial pelo qual o ouvinte tenta encontrar a hipótese explanatória mais adequada para o ato linguístico. Os recursos que se aplicam para que as intenções comunicativas sejam entendidas são as máximas conversacionais. Para Grice, o Princípio de Cooperação é a regra maior que rege a conversação. Esse princípio pode ser definido da seguinte maneira: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção de intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982, p. 87). Junto ao Princípio de Cooperação, atuam máximas conversacionais.

A máxima da Quantidade recomenda que se faça uma contribuição tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação), o que implica, por outro lado, que não se faça uma contribuição mais informativa do que é requerido.

Segundo a máxima da Qualidade, o falante deve tratar de fazer com que sua contribuição seja verdadeira. Essa máxima apresenta duas sub-máximas: não diga o que você acredita ser falso e não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada. O conselho da máxima de Qualidade pode parecer desnecessário. O não cumprimento dessa máxima,

contudo, gera as mesmas consequências do que o descumprimento das outras máximas.

A breve máxima de Relação resume-se na frase “seja relevante”. Embora curta, essa máxima oculta uma série de problemas da conversação, como, por exemplo, qual é o foco de relevância e como ele muda ao longo da conversação.

Já a máxima de Modo diz “seja claro”, o que pode ser entendido também por “evite ambiguidades”, “evite obscuridades”, ou “seja breve”, ou ainda “seja ordenado”. A máxima de Modo diz respeito a *como* o que é dito deve ser dito.

Paul Grice percebe que o descumprimento de algumas máximas é menos imperativo do que o de outras. Considera-se muito mais grave falar uma falsidade (não cumprimento da máxima de Qualidade) do que falar de modo prolixo (não cumprimento da máxima de Quantidade). O autor atenta, também, para uma série de outras máximas (políticas, estéticas, sociais), como por exemplo, “seja polido”. Essas máximas, porém, não dizem respeito à análise linguística. Levinson (2007) explica que o Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais são princípios gerais da cooperação, não sendo estritamente linguísticos, embora tenham efeitos visíveis na estrutura da língua.

Grice assevera que a fala é um caso especial, ou variedade do comportamento intencional, ou melhor, racional. Assim, as expectativas específicas ou presunções correlacionadas com algumas das máximas precedentes têm seus paralelos na esfera das transações que não são diálogos. Quando alguém está, por exemplo, fazendo um bolo, pede que lhe alcancem dois ovos, ela espera que lhe alcancem dois ovos (Quantidade), da mesma forma que se solicita açúcar, não espera que lhe tragam sal (Qualidade), e se se está no estágio de mexer os ingredientes, há a expectativa de que se entregue ao cozinheiro uma colher, não um livro nem uma bandeja.

Paul Grice indaga acerca do motivo de as pessoas seguirem esses princípios na conversação. A pergunta apresentada é a seguinte: “qual é a base para a suposição, que parecemos fazer e de que dependerá um grande número de implicaturas, de que os falantes, em geral, [...] procederão na forma prescrita por estes princípios?” (p. 89). Uma primeira hipótese recai sobre o hábito. É possível pensar que as pessoas aprendam a se comportar desse modo e, de fato, se *comportem* desse modo. Grice não se contenta com essa primeira resposta, pois ele visa a fundamentar sua tese em bases racionais. Desse modo, ele afirma que é RAZOÁVEL acatar esses princípios. Segundo P. Grice, a observância do Princípio de Cooperação e das máximas é razoável porque vão ao encontro dos objetivos da conversação.

Todavia, em uma conversação, nem sempre as máximas são cumpridas. Tal não incorre em um problema, pois as máximas não são prescritivas. Como propõe Levinson (2001, p. 35), “aos invés de pensar nelas [as máximas] enquanto regras (ou regras gerais) ou normas comportamentais, é útil pensar nelas primariamente como *heurística inferencial*, o que então motiva as normas comportamentais” [tradução minha]⁵.

Quando não cumpridas, as máximas expõem outras intenções do falante, reveladas por meio das implicaturas conversacionais. A não observância das máximas pode se dar por violação, o que pode gerar mal entendidos. O falante pode se colocar fora da esfera das máximas e do Princípio de Cooperação, fazendo-se compreender que não quer cooperar nas formas exigidas pelas máximas. Isso ocorre quando, na conversação, por exemplo, uma pessoa diz: “eu não posso mais falar; meus lábios estão selados”. É possível, ainda que ocorra um conflito entre máximas. Para se manter a de Qualidade, talvez seja necessário desrespeitar a de Quantidade (quando se fala tudo o que se sabe, mas não se tem evidências para tudo o que foi falado. Tal é o caso da seguinte conversação: A “- Onde C mora?”; B - *Em algum lugar no sul da França*”). O falante pode, ainda, abandonar uma ou mais máximas.

⁵ “Instead of thinking about them as rules (or rules of thumb) or behavioral norms, it is useful to think about them as primarily *inferential heuristics* which then motivate the behavioral norms” (LEVINSON, 2001, p. 35).

Quando uma máxima é quebrada, o interlocutor não cessa de buscar uma hipótese interpretativa viável. Assim, a volta ao Princípio de Cooperação dá-se na implicatura conversacional, definida por P. Grice como “as máximas em uso”. A Implicatura Conversacional não é convencional. Para se gerar a implicatura, parte-se do uso convencional das palavras, faz-se uso do Princípio de Cooperação e das máximas, do contexto linguístico e extralinguístico da conversação e do *background* da conversação. Todos esses itens são acessíveis a ambos os participantes da conversação, ou, ao menos, ambos sabem ou supõem que isso ocorra.

Paul Grice tem consciência de que lança os primeiros passos de uma teoria (a pragmática). Sua proposta concentra-se na análise linguística. Por esse motivo, ele não se dedicou a outros resultados da ação das palavras no mundo, que não os estritamente linguísticos (embora reconheça semelhanças entre a conversação e transações que não diálogos). P. Grice mostra, no entanto, que o interlocutor tende a sempre buscar uma hipótese interpretativa adequada (fazendo uso do Princípio de Cooperação e das máximas), nem sempre correspondente ao que fora intencionado. Dessa situação decorrem os mal-entendidos.

3 UM ESTUDO SOBRE A RAZÃO⁶

3.1 Um estudo filosófico sobre a razão

Granger (1985, p. 9) nos traz que “sendo, à primeira vista, a razão (...) a coisa do mundo mais bem partilhada - ainda que nem todos a usem da mesma maneira - nada existe de mais imediato que o significado de razoável e de racional”. Um exemplo de uso da palavra razão é: na matemática há a razão de um número e a classe dos números racionais (uso em uma ciência). E a família da palavra “razão” está presente, também, no uso comum⁷ que as pessoas fazem da linguagem. Deparamo-nos, frequentemente, com o uso de “razão” nas falas do cotidiano, principalmente em relação ao par coração (paixão) - razão.

Contudo, é na filosofia que a “razão” teve seu estudo mais conceitual. A tradição racionalista conta com nomes de peso como Aristóteles, Descartes e Kant, embora cada um aborde a temática por um viés diferente. Mesmo propostas modernas como a de Nietzsche e contemporâneas como a de Paul Feyerabend, que intentam na desconstrução dessa tradição racionalista, estão, ao seu modo, evidentemente envolvidas com a “razão”.

Mas, afinal, o que a filosofia toma por razão? Regner (2003, p. 275) nos oferece uma síntese da racionalidade, como tradicionalmente concebida:

⁶ Estudo o tema da razão na Filosofia - Unisinos desde a Iniciação Científica. Minha dissertação de Mestrado está disponível em formato digital no sítio da Biblioteca da UFRGS. Dado à proposta deste trabalho, que consiste num Trabalho de Conclusão de Curso, limito o estudo da razão a tópicos relevantes ao que nestas linhas se trata.

⁷ Utilizo a palavra “comum” aqui para designar a “ordinary language” que tanto interessou aos linguistas e filósofos da segunda metade do século XX. John Austin foi um dos autores que abordou a “ordinary language philosophy”. O mais consagrado tradutor de Austin para o português brasileiro, Danilo Marcondes, traduziu “ordinary” de forma mais literal. Contudo, prefiro “comum” a “ordinária” por conta dos sentidos fortemente pejorativos que “ordinário” tem em português.

tradicionalmente, o significado de “racionalidade” é associado à nossa capacidade de discernir propriedades, estabelecer relações e construir argumentos para apresentar e defender nossas crenças, exibindo uma dupla e mutuamente relacionada dimensão. De um lado, é o exercício de uma faculdade cognitiva – chamêmo-la “razão”. De outro, é o resultado da ação da “razão” e torna-se propriedade que perpassa os produtos dessa “faculdade”. Entre os produtos dessa atividade encontra-se a geração dos próprios princípios e critérios que a regulam, assim como regulam a produção e a avaliação de conhecimento confiável e objetivamente válido (seja enquanto solidamente fundado, seja enquanto crítico-falível). Chamemos os produtos dessas atividades de “razões”.

3.2 A visão tradicional da razão

A visão tradicional da razão persiste até a emergência das teorias mais contemporâneas. Em um artigo de sugestivo título (a saber, “La arrogancia de la Razón”), Marcelo Dascal (1990, p. 76) apresenta a visão tradicional da razão como

[...] nossa crença em uma Natureza Humana única e imutável, em uma Razão universal, na possibilidade de prover fundamentos sólidos para conhecer o mundo e atuar nele, no valor da ciência e da tecnologia, e na factibilidade de uma disciplina privilegiada – a Filosofia, cuja tarefa seria elaborar e aclarar as normas pelas quais se devem reger todo o conhecer e atuar racionais [tradução minha]⁸.

Nessa passagem temos, de uma tacada só, a descrição do modelo tradicional de ciência e sua (como nos indica o artigo, arrogante) pretensão

⁸ “[...] nuestra creencia en una Naturaleza Humana única e immutable, en una Razón universal, en la posibilidad de proveer fundamentos sólidos para conocer el mundo y actuar em él, en el valor de la ciencia y de la tecnología, y en la factibilidad de una disciplina privilegiada – la Filosofía – cuya tarea sería la de elaborar y aclarar las normas por las cuales se deben regir todo conocer y actuar racionales”. (DASCAL, 1990, p. 76).

de alcance universal nas ciências. É também Marcelo Dascal que nos oferece uma caracterização da razão da tradição, a qual ele denomina de “racionalidade dura”:

Por racionalidade ‘dura’ entendo uma concepção da racionalidade que considera a lógica dedutiva e suas aplicações como seu modelo fundamental.

Segundo esta concepção, a certeza é o principal objetivo e sinal de conhecimento, enquanto que a inconsistência é o paradigma da irracionalidade. As matemáticas são o melhor exemplo do êxito deste ideal de racionalidade. A racionalidade dura privilegia aquilo que considera ser as razões do êxito das matemáticas.

Segundo a racionalidade dura, as condições do pensamento e da práxis racional incluem a obediência absoluta ao princípio da contradição, o uso de definições precisas formuladas em termos de condições necessárias e suficientes, basear-se em argumentos dedutivos que garantem a verdade e a certeza de suas conclusões, servir-se sempre que seja possível da formalização, da computação, da axiomatização, e métodos semelhantes (Dascal, 2010, p. 3-4) [tradução minha]⁹.

Vemos, então, que a racionalidade dura dá conta daquele modelo de ciência idealizado perseguido até meados do século XX. Segundo esta concepção, a ciência, como era regida pelo paradigma da certeza, era objetiva, e a objetividade era alcançada pelo método, condutor dos procedimentos infalíveis¹⁰.

⁹ “Por racionalidad ‘dura’ entiendo una concepción de la racionalidad que considera a la lógica deductiva y sus aplicaciones como su modelo fundamental.

Según esta concepción, la certidumbre es el principal objetivo y señal del conocimiento, mientras la inconsistencia es el paradigma de la irracionalidad. Las matemáticas son el mejor ejemplo de éxito de este ideal de racionalidad. La racionalidad dura privilegia aquello que considera ser las razones de éxito de las matemáticas.

Según la racionalidad dura, las condiciones del pensamiento y de la práxis racional incluyen la obediencia absoluta al principio de contradicción, el uso de definiciones precisas formuladas en términos de condiciones necesarias y suficientes, basarse en argumentos deductivos que garantizan la verdad y la certidumbre de sus conclusiones, servirse siempre que sea posible de la formalización, la computación, la axiomatización, y métodos semejantes” (DASCAL, 2010, p. 3-4).

¹⁰ Nesse contexto, o erro seria tratado como um *pathos*, externo à ciência e decorrente da, digamos assim, limitação humana.

3.3 Racionalidade dura e irracionalidade: dicotomização

Nesse contexto, do mesmo modo que a certeza está para a racionalidade dura, a inconsistência está para a irracionalidade. Assim, dentro do grande esquema da razão tradicional, temos uma polarização radical do par racionalidade dura/irracionalidade. Digo que a dicotomização é extrema porque, se de um lado temos a razão que dá conta de todo o conhecimento científico, do outro lado, resta uma alternativa que foge ao escopo da razão. A dicotomização é uma estratégia que visa a “radicalizar uma polaridade enfatizando a incompatibilidade dos polos e a inexistência de alternativas intermediárias, acentuando o caráter óbvio da dicotomia e do polo a que se deveria dar preferência” (DASCAL, 2009, p. 95).

É válido explicar que a dicotomização não é uma estratégia exclusiva da discussão em torno do par racionalidade dura/irracionalidade. Marcelo Dascal (2009, p 87) esclarece que “as dicotomias são ubíquas no pensamento deliberativo, na tomada de decisões e na argumentação em todas as esferas da vida”.

Quais seriam, então, as consequências da dicotomização entre racionalidade dura e irracionalidade? Nas ciências, formulou-se um discurso de uma racionalidade científica que permitiria a certeza nas teorias e nas práticas científicas. O que escapasse a esse domínio incorreria, então, no irracional, e sobre o irracional não há como se manifestar¹¹. Localizo essa posição levada ao extremo no I Wittgenstein¹², o Wittgenstein do Tractatus, que separa ciência e vida, filosofia e vida e encerra seu livro com a seguinte proposição: “sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”¹³

¹¹ Parece que a razão tem um caráter circular. Embora possamos reconhecer o irracional, não há como se pronunciar acerca dele, pois estaríamos incorrendo em um discurso “de fora”, incompatível com o irracionalismo.

¹² Ludwig Wittgenstein (1889-1951), filósofo austríaco naturalizado alemão que contribuiu com destaque para a Virada Linguística do séc. XX. Fala-se em I e II Wittgenstein devido a grande mudança de pensamento deste autor, sendo o primeiro ligado a obra “Tractatus Logico-Philosophicus” e o segundo às “Investigações Filosóficas”.

¹³ Proposição número 7.

(Wittgenstein, 2008, p. 281). Numa leitura da proposição mais amarrada à lógica¹⁴, o discurso da ciência trata apenas daquilo que se circunscreve no alcance da racionalidade provedora de certezas.

No entanto, a dicotomização pode trazer algo mais do que a radicalização de um par polêmico. Como expõe Dascal (2009, p.87), “o apego intransigente a uma dicotomia pode levar à discordância aguda e ao paradoxo, mas também pode tornar mais nítidas as questões que estão em jogo e ajudar a encontrar uma solução”. O par racionalidade dura e irracionalidade é extremamente polarizado – tanto que um lado nem se manifesta sobre o outro – de modo que uma conciliação parece impossível. A investigação da racionalidade dura e da irracionalidade conta com uma longa trajetória na filosofia, o que possibilitou que a polêmica desse par ficasse bem esclarecida. No entanto, alguma solução foi apresentada para conciliar esses opostos?

3.4 Racionalidade dura e irracionalidade: des-dicotomização

Dentro do esquema racionalidade dura/irracionalidade o que há é a oposição radical e irreconciliável desse par. Contudo, há uma estratégia que pode ser usada na busca de uma via alternativa; a saber, a des-dicotomização, que é descrita do seguinte modo:

Des-dicotomizar é uma forma de desconstruir o caráter exclusivo de um par de alternativas que supostamente esgotam o espaço de atitudes possíveis frente a um determinado

¹⁴ Há interpretações mais fluídas que veem nessa passagem uma abertura ao místico. Essa leitura é sustentada pelo professor Paulo Roberto Margutti Pinto em seu livro “Iniciação ao Silêncio: Análise do *Tractatus* de Wittgenstein”. Assim, trago a indicação dessa possível interpretação, mas não a abordo pois ela envereda por áreas da filosofia, tais como a filosofia existencial, que não concernem a discussão aqui travada.

conjunto de fenômenos. Podemos distinguir duas principais linhas de argumentação no processo de des-dicotomização. Em primeiro lugar, trata-se de mostrar que a pretensão de compreensibilidade de cada um dos pólos da dicotomia é injustificada, pois não cobre a totalidade dos fenômenos em questão. A oposição radical entre os pólos da dicotomia, assim como sua exaustividade, dependendo de como estão ligados à pretensão de compreensibilidade, perdem assim muito de sua força. E fica estabelecido, pelo menos, em princípio, que há entre os pólos espaço para uma posição intermediária, capaz de explicar os fenômenos deixados de lado por ambos; a menos que, para dar conta desses fenômenos, os pólos modifiquem-se de alguma maneira, de forma a estender seu escopo, ou que se desfaçam dos fenômenos recalcitrantes, eliminando-os de seu escopo (DASCAL, 2005a p. 27).

3.5 A racionalidade branda

A via alternativa para a dicotomia instalada entre racionalidade dura e irracionalidade foi antevista já nos séculos XVII e XVIII por Leibniz¹⁵ na *racionalidade branda*. Esta nova configuração da razão “[...] rejeita a identificação como ‘irracional’ de tudo o que não corresponde aos critérios da racionalidade dura, pois se ocupa do grande território do ‘razoável’, que se encontra entre o irracional e o racional duro” (DASCAL, 2010, p. 4) [tradução minha]¹⁶. Da polêmica entrincheirada passamos para uma gradação que vai do racional para o irracional passando pelo razoável. E qual o campo de atuação dessa razão do razoável?

A racionalidade branda se propõe a dar conta da grande quantidade de situações - teóricas e práticas - nas quais a incerteza é a regra (DASCAL, 2005b; 2010). Assim,

¹⁵ Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646-1716) foi um cientista (diplomata e também bibliotecário) alemão com destaque em diversos campos do saber, em especial, na matemática (junto a Newton, é tido como pai do cálculo moderno) e na filosofia.

¹⁶ “La racionalidad blanda rechaza la identificación como ‘irracional’ de todo lo que no corresponde a los criterios de la racionalidad dura pues se ocupa del gran territorio de lo ‘razonable’, que se encuentra entre lo irracional y lo racional duro” (DASCAL, 2010, p. 4).

a lógica da racionalidade branda é [...] não-monotônica e não pode ser reduzida à lógica dedutiva padrão. É a lógica das presunções que justifica conclusões racionalmente sem, na verdade, prová-las, da heurística para solução de problemas e para a geração de hipóteses, da interpretação pragmática, da negociação, e de incontáveis procedimentos que tomamos na maioria das esferas de nossas vidas (DASCAL, 2005b, p. 58) [tradução minha]¹⁷.

Para lidar epistemicamente com presunções, a racionalidade branda apresenta alto grau de sofisticação. Nesse caso, a balança da razão¹⁸ inclina sem necessitar. Os lados da balança não são quantificáveis; pesar razões não significa computá-las, pois os pesos dos lados da balança têm diferentes forças, dependendo do contexto (Dascal, 2005b; 2010).

Neste capítulo, apresentei, de modo geral e breve, o tratamento que a razão, vinculada a questões epistemológicas, tem recebido da filosofia. Abri com a racionalidade dura, vinculada à visão tradicional da ciência. Em seguida, abordei a irracionalidade, que está radicalmente oposta à racionalidade dura. Esse par racionalidade dura e irracionalidade constituem uma dicotomia no estudo da razão. Contudo, há uma via alternativa ante esse par exaustivo, a saber, a racionalidade branda, a qual permite abordar uma gama de situações deixadas em aberto pela lógica da certeza da razão dura, questões estas que se guiam pelas vias do presumível. Resta, agora, traçar as relações entre a razão e a pragmática e explicá-las dentro do alcance deste trabalho.¹⁹

¹⁷ “Soft rationality’s logic is (...) non-monotonic and cannot be reduced to standard deductive logic. It is the logic of presumptions that rationally justify conclusions without actually proving them, of the heuristics for problem-solving and for hypothesis generation, of pragmatic interpretation, of negotiation, and of countless other procedures we make use of in most spheres of our lives (Dascal, 2005b, p. 58).

¹⁸ A balança da razão é uma metáfora bastante recorrente nas investigações concernentes ao tema da razão. Leibniz dela fez muito uso, bem ao gosto de seus estudos lógicos e matemáticos.

¹⁹ Não gostaria de terminar o capítulo sem fazer um esclarecimento que é tangencial a este trabalho, mas que é de suma importância na teoria de Marcelo Dascal, que é o referencial teórico do capítulo. Dascal analisa as polêmicas na ciência, que consistem na interação (“troca de críticas”) entre ao menos dois contendores que discordem ao menos de uma questão e que troquem críticas. M. Dascal elabora uma tricotomia de tipos de polêmicas: discussão, disputa e controvérsia. A discussão é a polêmica da racionalidade dura. Os seus participantes acordam quanto a fatos, métodos e procedimentos; discordam, apenas, da determinação da posição

4 UMA RAZÃO PRAGMÁTICA EM PAUL GRICE

4.1 Filosofia e Linguística: duas disciplinas!

Danilo Marcondes (2010) expõe que a linguagem tem sido um dos temas centrais da filosofia desde o seu início na Grécia Antiga. Encontramos nos sofistas o desenvolvimento da retórica; em Platão, uma discussão sobre nomes (no diálogo *Crátilo*); e em Aristóteles o desenvolvimento da lógica silogística, além da sistematização das artes Retórica e Poética.

Na Idade Média, a discussão sobre a linguagem não cessou, como podemos ver no diálogo *Sobre o Mestre*, de Santo Agostinho. Já na Idade Moderna, temos o par linguagem e pensamento evidente nas discussões de Ockham, Descartes, Port Royal e outros. O estudo da linguagem segue sob a tutela da filosofia até meados do século XVIII, quando se forma um cenário de especialização dos saberes e a busca da afirmação das disciplinas como ciência.

Sabemos que a fragmentação dos saberes em disciplinas ocorre no século XVIII. Justamente, é a partir da segunda metade do século XVIII que a

verdadeira. Para sanar o erro que leva à discussão, os participantes farão uso de um procedimento acordado: possivelmente, um cálculo ou um experimento. A disputa, por seu turno, é a polêmica cujo objetivo é definir um vencedor. Nesse campo da irracionalidade, os contendores farão uso de um stratagema. A terceira polêmica, a controvérsia, é uma via alternativa entre a racionalidade dura da discussão e a irracionalidade da disputa. Guiada pela racionalidade branda, a controvérsia objetiva a persuasão racional. Um diferencial de destaque desta polêmica é que ela não é engessada: os envolvidos em uma controvérsia polemizam mesmo que com pressupostos fatuais, metodológicos e conceituais diferentes; eles interagem, ainda, para além do tópico que deflagrou a controvérsia, dando tratamento a uma gama muito maior de questões que fazem parte dos debates, tais como questões de interpretação. Por todas essas suas características, possíveis dentro da estrutura flexível dessa polêmica, a controvérsia é o terreno das inovações radicais. Como introdução à tricotomia de tipos de Marcelo Dascal, recomendo fortemente o seguinte artigo publicado em língua portuguesa: DASCAL, Marcelo. *A Dialética na construção coletiva do saber científico*. In: REGNER, Anna Carolina Krebs; ROHDEN, Luiz. *A Filosofia e a Ciência redesenham horizontes*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. p. 15-31.

linguística se desmembra de outros saberes e começa a buscar seus *status* de disciplina autônoma, ou seja, de ciência. É nesse mesmo período que a linguagem toma um lugar central nas discussões da ciência. Marcondes (2010) nos lembra do termo “virada linguística”²⁰ (*linguistic turn*) para designar esse momento na história do pensamento.

A virada linguística, contudo, atinge também a filosofia, que, no século XX, tem a linguagem como um de seus grandes temas. Mesmo dividindo uma forte dedicação ao tema da linguagem, linguística e filosofia (ou melhor, filosofia da linguagem) seguem como disciplinas autônomas.

4.2 A virada pragmática

No século XX, essas duas disciplinas partilham de um novo momento no estudo da linguagem, a saber, a virada pragmática. Como expõe Marcondes (2010, p. 11),

Temos [...] uma “virada pragmática” dentro da “virada linguística”, e filósofos como Wittgenstein em suas *Investigações filosóficas* e Austin com atos de fala valorizam sobretudo a linguagem enquanto ação e enquanto constituidora do significado da experiência humana, sem privilegiar o conhecimento como forma por excelência de relação com o real, como encontramos em Platão.

Embora o desenvolvimento da pragmática seja recente, os efeitos da virada pragmática para a pesquisa são extensos. Como atesta Marcelo Dascal (2011,

²⁰ “Mas foi sobretudo no período contemporâneo que a filosofia da linguagem adquiriu uma importância central, com a assim chamada “virada linguística”, ou *linguistic turn*, uma expressão usada pela primeira vez no início do século XX pelo filósofo do Círculo de Viena Gustav Bergmann. A expressão foi retomada por Richard Rorty, que a consagrou, em uma coletânea intitulada precisamente *The Linguistic Turn*, de 1967” (MARCONDES, 2010, p. 10).

p. 50), “é difícil que qualquer outro termo tenha sido tão amplamente utilizado nos últimos anos em linguística, filosofia da linguagem, psicologia cognitiva, inteligência artificial e áreas relacionadas”.

4.3 Paul Grice: sociopragmática e psicopragmática

Danilo Marcondes, ao apresentar a virada pragmática no trecho supracitado, não menciona Paul Grice. Espero que ele tenha deixado esse nome escapar apenas por estar trazendo uma abordagem geral (e menos compromissada) da pragmática, pois caso contrário ele estará cometendo uma grande injustiça, além de um erro quanto à história das ideias. Grice, sem dúvida, é tido como um dos pais (com destaque!) da pragmática. Ou, ao menos, pai de uma das principais vertentes da pragmática, a saber, a pragmática da conversação assentada sob o Princípio de Cooperação e sob as máximas conversacionais. Há um artigo de Grice que apresenta de forma clara e sucinta essa pragmática, qual seja, “Lógica e Conversação”, brevemente abordado no segundo capítulo deste trabalho.

Muito foco se jogou na “lógica da conversação”: o Princípio da Cooperação e as máximas conversacionais. Não sem razão, dado que são esses mesmos os conceitos-chave e o diferencial da teoria pragmática griceana. Marcelo Dascal (2011) afirma categoricamente que, quanto à natureza da pragmática, a grande maioria dos pesquisadores da área faz a equiparação entre a ideia de “uso” e “uso comunicativo” em pragmática, o que gera, “[...] conseqüentemente, a identificação da teoria do uso (pragmática) com uma abordagem das inter-relações entre a língua e as situações comunicativas típicas” (DASCAL, 2011, p. 84). Essa abordagem seria a sociopragmática.

4.3.1 Psicopragmática

A sociopragmática, no entanto, não atua sozinha. Conforme Dascal (2011, p. 86-87),

[...] muito do que acontece na comunicação tem relação com o modo como os falantes desempenham certas ações mentais ligadas com as ações comunicativas nas quais eles se encontram envolvidos. Compreender, inferir, implicar, perceber, relembrar, chamar a atenção para – estas são apenas algumas das ações mentais que precisam ser realizadas a fim de garantir o ‘andamento da comunicação’. A pragmática deve voltar-se para estes eventos mentais da mesma forma como ela se volta para aspectos mais externos, como os eventos sociais, da comunicação²¹.

Na comunicação, estão envolvidos outros fatores para além do enunciado em si. Descartando-se as hipóteses de o falante estar mentindo, simplesmente dando uma informação ou apenas estar executando (treinando, ensaiando) uma sentença, podemos dizer que os enunciados, mesmo os mais simples, expressam uma intenção do falante. Os enunciados estão imbuídos de um conjunto de crenças do falante (quando se diz, por exemplo “por gentileza, feche a janela”, há a crença de que há uma janela, de que é possível fechá-la, de que o interlocutor consegue fechá-la, de que o interlocutor compreende a língua em que se está falando, etc.). Assim,

esta situação reflete não apenas ‘diretamente’ a mente do falante mas também, indiretamente, a mente do interlocutor, já que parte do conteúdo da mente do falante que está refletida no seu enunciado consiste nas suas suposições a respeito dos conteúdos na mente de seu interlocutor. Além disto, se o objetivo é concretizar a comunicação, estas suposições precisam ser fundamentadas em uma teoria geral a respeito do

²¹ Embora o a edição em português data de 2011, a publicação original é de 1983, de modo que o autor vem desenvolvendo essas ideias há quase trinta anos.

funcionamento da mente, a qual (assume-se) é compartilhada entre os interlocutores. (DASCAL, 2011, p. 99-100).

Cabe a psicopragmática, portanto, a averiguação da parte mental da comunicação. E esse ponto da pragmática pouco se averiguou. Em parte, porque, comparado à história das ideias, os escritos pragmáticos são recentes. Com isso, quero dizer que, mesmo com este aspecto da pragmática descoberto, não desmereço o muito que já se avançou nesta área. Por outro lado, talvez a pragmática, em especial a griceana, tenha sido fortemente apropriada pela linguística. A linguística provavelmente seja a área que mais e melhor dispensou tratamento à pragmática. No entanto, como qualquer linha de investigação, a linguística tem seus limites.

4.4 Paul Grice e a razão

A linguística pouco ou nenhuma atenção dedicou ao tema da razão. Possivelmente, há um entendimento entre os linguistas de que razão é assunto de outras áreas. Assim, atribuo às limitações da linguística que o seguinte trecho de Grice tenha passado batido:

sou, no entanto, suficientemente racionalista para querer encontrar uma base subjacente a estes fatos, embora sendo eles evidentes; gostaria de ser capaz de conceber o tipo standard de prática conversacional não meramente como alguma coisa que todos ou a maioria de fato acata, mas como algo que é, para nós, RAZOÁVEL acatar, como algo que nós devêssemos acatar (Grice, 1982, p. 89-90).

Nesse ponto do texto, Grice está a falar do que nos impele a seguir o Princípio da Cooperação e as máximas conversacionais. Ele levanta hipóteses comportamentais²² e contratualistas²³. O próprio Grice, entretanto, não as tem em alta conta, dado as limitações dessas hipóteses.

Essa não é a primeira vez que Herbert Paul Grice aborda a temática da razão²⁴. Na visão desse filósofo e linguista inglês, “a razão é um membro importante da classe de ideias com a qual, como filósofos, devíamos estar interessados” [tradução minha]²⁵. E, deveras, a racionalidade é um tema recorrente nas investigações dos filósofos, como atesta a história da filosofia.

Encontro em Paul Grice, filósofo e linguista, a fundamentação de uma teoria linguística em bases racionais, o que responde ao anseio que me acompanhou por toda a graduação em Letras: o tema da razão não é um tema caro à linguística? No entanto, ao menos neste artigo, P. Grice para por aí; ele apenas aventa a base racional subjacente aos fenômenos linguísticos pragmáticos. Resta para nós, então, a tarefa de seguir desbravando nesta senda.

4.5 Pragmática e racionalidade branda

A conversação é um jogo de cooperação. Para Grice, o grande guia da conversação é o Princípio da Conversação, o qual estabelece: “faça sua

²² “[...] é um fato empírico bem conhecido que as pessoas se COMPORTAM desta maneira; elas aprenderam a agir assim na infância e não abandonaram o hábito de assim o fazer; e na verdade, uma ruptura radical com tal hábito exigiria um grande esforço. É muito mais fácil, por exemplo, falar a verdade do que inventar mentiras” (GRICE, 1982, p. 89).

²³ “Por algum tempo, estive inclinado a pensar que a observância do Princípio de Cooperação e das máximas, na conversação, poderia ser considerada como uma questão quase-contratual, com paralelos fora da área do discurso. [...] Mas embora uma parte desta base quase-contratual possa se aplicar a alguns casos, há muitos tipos de intercâmbio linguísticos, como discussões ou correspondência, que ela não permite explicar com facilidade” (GRICE, 1982, p. 90-91).

²⁴ O livro “Aspects of Reason”, de Paul Grice, indica já no seu título de que se trata.

²⁵ “(...) reason is an important member of the class of ideas with which, as philosophers, we should be concerned” (GRICE, 2001, p. 04).

contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção de intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1982, p. 87). Desse princípio se seguem as máximas conversacionais, responsáveis pela geração das implicaturas conversacionais. Tanto o Princípio da Cooperação quanto as máximas conversacionais não são imperativos, no sentido de que segui-los não é condição necessária da conversação²⁶. O que ocorre, de fato, é que a observância ou a não observância do Princípio e das máximas surtem efeitos na conversação, podendo gerar as implicaturas conversacionais. Desse modo, o esforço para compreender a colocação de outrem e o esforço para se fazer compreendido criam demandas conversacionais, que não são necessariamente lógicas ou semânticas, mas sim pragmáticas, pois estão em acordo com elementos contextuais e contextuais da conversação e levam em conta as intenções dos interlocutores.

Parece que a explanação pragmática entra em jogo devido à insuficiência da abordagem semântica, que trata o desacordo em questão (possivelmente, uma questão de interpretação) como um problema de fundo lógico. As regras da semântica são por demasiado rígidas, ao passo que as regras da pragmática são heurísticas, tendo “caráter de pressupostos, ou seja, suas conclusões são aceitas com a condição de que não haja razões mais fortes para abandoná-las” (DASCAL, 1994, p. 93).

A fala, como compreendida por Grice, é uma das variedades - um caso especial - do comportamento intencional, ou melhor, racional. Paul Grice (1982, p. 89) se pergunta: “qual é a base para a suposição, que parecemos fazer e de que dependerá um grande número de implicaturas, de que os falantes, em geral, (...) procederão na forma prescrita por estes princípios?”. Como já mostramos, P. Grice visa a fundamentar sua tese em bases racionais. Desse modo, ele afirma que é *razoável* acatar esses princípios regentes da conversação.

²⁶ Na conversação, a compreensão pretendida pelo falante nem sempre é alcançada. P. Grice mostra, no entanto, que o interlocutor tende a sempre buscar uma hipótese interpretativa adequada (fazendo uso do Princípio de Cooperação e das máximas), nem sempre correspondente ao que fora intencionado. Dessa situação decorrem os mal-entendidos.

Segundo Paul Grice (1982, p. 91), a observância do Princípio de Cooperação e das máximas é razoável porque

pode-se esperar que quem quer que se preocupe com os objetivos que são centrais na conversação/comunicação (por exemplo, dar ou receber informações, influenciar ou ser influenciado por outros) tenha interesse, dadas as circunstâncias apropriadas, em participar de conversações proveitosas, somente supondo que elas são conduzidas de acordo com o Princípio de Cooperação e das máximas.

Grice externa sua preocupação em fundamentar o comportamento linguístico em bases racionais. Ou seja, o Princípio de Cooperação pragmático deriva de uma presunção²⁷ da racionalidade da comunicação. Mas a racionalidade da qual o falante faz uso ao intencionar sua fala não é da ordem do necessário, uma vez que há a escolha quanto a observância aos princípios que regem a conversação. A interpretação do falante também nos parece ser conduzida em bases da racionalidade branda. Há a tentativa de se chegar à hipótese interpretativa mais adequada. O próprio termo “hipótese interpretativa mais *adequada*” revela o quão flexível é a interpretação pragmática, que não oferece “a” interpretação *correta*, mas sim hipóteses de interpretação que competem pela adequação à intencionalidade do falante.

Ante uma interpretação pragmática que se vale da hipótese interpretativa mais adequada, afastamos de vez a vinculação da pragmática com a racionalidade dura, pois a inferência pragmática é construída via abdução. A abdução filia-se à lógica não monotônica (LEVINSON, 2001) da racionalidade branda; diferentemente da racionalidade dura, que encontra na dedução seu método.

²⁷ Dascal (2010, p. 5) diz que a racionalidade branda segue “(...) a lógica das presunções, que justifica sem demonstrar (...)” (tradução nossa). Grice, quando mostra a razoabilidade da observância do Princípio da Cooperação, o faz segundo estratégia da própria racionalidade branda: a presunção.

5 CONCLUSÃO

Ao longo das minhas duas formações - Letras e Filosofia -, encontrei essas duas áreas percorrendo caminhos próprios e poucos comunicados entre si. Como que naturalmente, senti recair sobre mim a tarefa de ao menos apontar uma via conciliatória entre esses dois campos do saber. Não intento dizer, de modo algum, que não há relações já traçadas entre Letras e Filosofia; assim estaria eu negando todas as intersecções entre essas duas áreas que me foram apresentadas por meus professores e colegas (como, por exemplo, a frutífera relação entre Filosofia e Literatura, tema de recente evento realizado na Filosofia Unisinos²⁸). Apenas senti que os dois grandes temas aos quais mais havia me dedicado nas minhas duas formações - pragmática na Letras e razão na Filosofia - careciam de aproximação. Certamente, não é novidade a investigação da relação racionalidade e pragmática, a exemplo da produção de um forte referencial teórico do meu trabalho, Marcelo Dascal. Mas ainda há muito a ser explorado.

A pragmática griceana recai fortemente sobre o Princípio da Cooperação e das máximas conversacionais. Em terminologia lógica, tanto o Princípio quanto as máximas não são necessários. Isso quer dizer que não é imperativo respeitá-los sempre. O falante tem a possibilidade seguir ou não esses condutores da conversação. Normalmente, o falante segue esses guias da conversação - de uma forma ou de outra, pois, salvo casos muito atípicos (como, por exemplo, os casos patológicos), o falante está comprometido com o objetivo da comunicação. Afirmo que o falante se guia pelo Princípio de Cooperação e pelas máximas conversacionais de uma forma ou de outra porque, caso o falante vá contra a indicação do Princípio ou das máximas, ele ainda o estará fazendo com uma intenção comunicativa. É por isso que P. Grice considera que é razoável que nos comuniquemos em acordo com o Princípio de Cooperação e as máximas conversacionais. Em outras palavras, a regra é a intenção racional.

²⁸ Simpósio Margens da Palavra: veredas filosófico-literárias no Brasil; São Leopoldo, 2011.

Essa razão prática que indica a observação dos Princípios e das máximas o faz sem obrigar. É a balança da razão que inclina, mas não impõe, à maneira da racionalidade branda. No entanto, neste ponto ainda estamos muito presos à pragmática voltada para a interação comunicativa, denominada sociopragmática. Marcelo Dascal (2011, p, 100) nos alerta que “o uso da linguagem [...] espelha muito mais daquilo que é operativo na mente do que poderíamos imaginar à primeira vista”.

Os enunciados, para comunicar, estão sustentados em uma gama de crenças que se encontram na mente (como, por exemplo, a crença básica de que o interlocutor compreende a língua em questão). Isso nos mostra que o significado do falante não se restringe ao enunciado, uma vez que o falante pressupõe conteúdos mentais do interlocutor. No caso da interpretação pragmática, isso se torna ainda mais sensível, pois estamos lidando com uma interpretação ‘indireta’, que se afasta do significado convencional. O que teremos, então, para nos fiarmos na busca de uma interpretação alternativa (abdução) são presunções assentadas sob o contexto (racionalidade branda). É justamente esta base em razões conjecturais que permite uma das características mais particulares da pragmática, que é o cancelamento²⁹ da implicatura.

Minha intenção - e entendo que a atingi - foi a de traçar uma reflexão dentro do que é esperado para um Trabalho de Conclusão de Curso. Com isso, não quero desmerecer o alcance das Monografias; quero apenas dizer que este trabalho propositalmente não termina aqui. Por razões práticas, ele precisa ser abandonado enquanto TCC. Mas não tenho dúvidas que nele mesmo encontro subsídios para continuá-lo. Conto, ainda, com as contribuições da banca e de possíveis leitores, os quais me ajudarão a compreender melhor os fenômenos aqui abordados, bem como me ajudarão a alargar meus horizontes teóricos. Ainda, tenho certeza que, ao mesmo tempo que este trabalho encerra minha graduação em Letras pela UFRGS, ele

²⁹ Levinson (2007, p. 142) explica que “uma inferência é anulável se é possível cancelá-la acrescentando algumas premissas adicionais às premissas originais”. Do enunciado “João comeu alguns dos biscoitos”, entende-se que sobraram alguns biscoitos, pois “João não comeu todos os biscoitos”. Essa inferência pode ser anulada com a seguinte premissa: “de fato, João comeu todos os biscoitos!” (LEVINSON, 2001).

dá o tom do meu Doutorado, iniciado neste semestre no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos. E este é mais um indicativo certo de que este trabalho irá se agregar, de forma decisiva, à minha trajetória acadêmica.

REFERÊNCIAS

DASCAL, Marcelo. *A Dialética na construção coletiva do saber científico*. In: REGNER, Anna Carolina Krebs; ROHDEN, Luiz. **A Filosofia e a Ciência redesenham horizontes**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005a. p. 15-31.

DASCAL, Marcelo. *Debating with myself and debating with others*. In: BARROTTA, Pierluigi; DASCAL, Marcelo (Org.). **Controversies and Subjectivity**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005b.

DASCAL, Marcelo. **Epistemologia, controvérsia e pragmática**. In: Revista da SBHC, n. 12, p. 73-98, 1994.

DASCAL, Marcelo. **Interpretação e Compreensão**. São Leopoldo: Unisinos, 2006. 729 p.

DASCAL, Marcelo. *La arogancia de la Razón*. **Isegoría**, Madrid, n. 2, p. 75-103, 1990.

DASCAL, Marcelo. **Leibniz y el dialogo entre racionalidades**. Manuscrito. 2010. 25 p.

DASCAL, M. *O método platônico da divisão: vantagens e perigos*. In: AZAMBUJA, Celso Candido de *et al*. **Os gregos e nós: em homenagem a José Nedel**. São Leopoldo: Unisinos, 2009. p. 87-111.

DASCAL, Marcelo. **Pragmática e filosofia da mente I: o pensamento na linguagem**. [1983]. Tradução de Rodrigo Borges de Faveri. Curitiba: UFPR, 2011.

GRANGER, Gilles-Gaston. **A Razão**. Edições 70: Lisboa; Porto: 1985 [1955]. 132 p.

GRICE, Paul. **Aspects of Reason**. New York: Oxford, 2008. 136 p.

GRICE, H. Paul. *Lógica e Conversação*. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da lingüística – biografia**. Tradução de João Vanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1982. IV v. (Coleção Fundamentos Metodológicos da Lingüística).

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 552 p.

LEVINSON, Stephen C. **Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature**. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT, 2001. 408 p.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. 140 p.

REGNER, Anna Carolina. *Uma nova racionalidade para a ciência?*. In: SOUSA SANTOS, Boaventura. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências Revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003. 273-304 p.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 3. Ed. 1 reimpr. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2008. 296 p.